



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 305/2017–ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 34.597/2016-e

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO. CONDIÇÕES PRECÁRIAS DE FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE PLANALTINA. DECISÃO Nº 5.994/2016. CONHECIMENTO DA REPRESENTAÇÃO. SOLICITAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS. MANIFESTAÇÃO DA SE/DF.

2. A SECRETARIA DE AUDITORIA SUGERE O CONHECIMENTO DOS ESCLARECIMENTOS OFERTADOS PELA SE/DF. SEAUD OPINA PELA REJEIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO SUGERIDOS PELO MPC/DF (ITENS III.1 E III.3 DO PEDIDO FORMULADO NA EXORDIAL). IDENTIFICAÇÃO DE FEITOS COM **ESCOPO SEMELHANTE**. ENVIO DOS AUTOS À SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL. SEFIPE SUGERE A **INCLUSÃO DA PERCEPÇÃO DE GAEE NO ROTEIRO DE AUDITORIA**.

3. **PARECER PARCIALMENTE CONVERGENTE DO MPC/DF, COM ADENDO. PROCEDÊNCIA DA REPRESENTAÇÃO.** INADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE ESCOLAR. FALTA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO. RESERVA DO POSSÍVEL **VERSUS** MÍNIMO EXISTENCIAL. RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE DE MEDIDAS PREMENTES DESTA CORTE DE CONTAS EM RELAÇÃO À PRECARIEDADE INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CEE. **ALERTA À JURISDICIONADA. PRECEDENTE.** DECISÃO Nº 1.065/2017. INCLUSÃO DA MATÉRIA REFERENTE ÀS INSTALAÇÕES FÍSICAS DOS CEE'S EM PLANO GERAL DE AUDITORIA FUTURO.

1. Tratam os autos da Representação nº 15/2016-ML (e-DOC 90D08D5D-e), acerca de possíveis irregularidades cometidas pela Secretaria de Estado de Educação – SE/DF relacionadas às **condições precárias de funcionamento do Centro de Ensino Especial nº 1 de Planaltina**.

2. Para o **MPC/DF**, as irregularidades identificadas na unidade escolar, decorrentes da omissão dos gestores da SE/DF no tocante à necessidade de **reparos estruturais básicos** e à **disponibilização adequada de servidores**, inviabilizam a oferta de **condições adequadas** de ensino, de higiene, de segurança alimentar e para salvaguardar a incolumidade dos servidores e alunos que frequentam o centro de ensino.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

3. Ademais, aos olhos do **Parquet** especializado, a concessão irregular de gratificação exclusiva para servidores que atuam na educação especial para agente público em exercício na Coordenação Regional de Ensino de Planaltina sem efetivo exercício no CEE representa ofensa aos **princípios da legalidade**, da **impeccabilidade** e da **indisponibilidade do interesse público**.

4. Inicialmente, o e. **Plenário**, por meio da r. Decisão nº 5.994/2016 (e-DOC F488831A-e), decidiu conforme a seguir:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) **conhecer da Representação n.º 15/2016 – ML**, em face do atendimento dos requisitos de admissibilidade previstos no art. 230 do novo RI/TCDF; II) **conceder**, com esteio no § 7º do art. 230 do novo RI/TCDF, **prazo de 15 (quinze) dias para a Secretaria de Educação do DF – SE/DF se manifestar a respeito do teor da representação**; III) autorizar o (a): **a) realização de inspeção, caso necessária, visando à coleta de informações com vistas a subsidiar a instrução do feito; b) encaminhamento de cópia do relatório/voto do Relator, desta decisão e da Representação à SE/DF para subsidiar o cumprimento do item II, supra; c) ciência desta decisão ao Representante; d) retorno dos autos à Secretaria de Auditoria e, posteriormente, à SEFIPE, para manifestação em relação às matérias afetas às suas respectivas áreas de atuação.**” (Grifos acrescidos).*

5. A jurisdicionada foi cientificada do inteiro teor do r. **Decisum** supra por meio do Ofício nº 11.880/2016-SS (e-DOC D378C9B6-e).

6. Em atenção ao comando contido no **item II** da r. Decisão nº 5.994/2016 (e-DOC F488831A-e), a SE/DF encaminhou o Ofício nº 28/2017 – SE (e-DOC 784754D8-c).

7. A Secretaria de Auditoria, a par das informações fornecidas pela jurisdicionada, emitiu a Informação nº 5/2017 – SEAUD (e-DOC F2D7FA44-e).

8. Por meio da manifestação em destaque, apesar de reconhecer na instrução a procedência da exordial, o Corpo Instrutivo, com esboço nos **princípios da racionalidade e eficiência**, entendeu ser **despicienda a instauração de procedimento de fiscalização** para avaliar as irregularidades mencionadas por este **Parquet** especializado, tendo em vista os **exames semelhantes** empreendidos no âmbito desta c. **Corte de Contas** nos Processos nºs 20.990/2015, 17.510/2016, 14.320/2013 e 1.130/2014.

9. A Secretaria de Auditoria apresentou a síntese das apurações similares levadas a efeito nesta c. **Corte de Contas**. Nessa toada, discorreu acerca das principais nuances dos processos invocados na Informação nº 05/2017-SEAUD, bem como das deliberações proferidas nos autos dos citados procedimentos de controle:

“Auditoria Operacional iniciada no ano de 2007, e replicada nos anos de 2008 a 2011 e 2014, para avaliar condições físicas das escolas:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Os trabalhos incluíram a avaliação das instalações físicas de escolas de todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive de ensino especial;

*Mediante a **Decisão nº 3.613/2012** o Tribunal determinou a adoção de medidas corretivas, de seguinte teor:*

*“(…)III - **determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que: a) adote as providências necessárias à perfeita recuperação, adequação e conservação das instalações físicas das escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal**, adotando, entre outras medidas, o que se segue: i. estabelecer cronograma de reformas/adaptação das escolas que apresentam demanda para esse tipo de serviço; ii. planejar os serviços de manutenção a serem realizados em cada exercício e indicar os recursos financeiros necessários; iii. de forma a buscar a tempestividade da prestação dos serviços pela Secretaria, elaborar planilha com os serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva solicitados e considerados necessários pelo setor técnico competente, com a especificação das datas previstas para a respectiva prestação dos serviços demandados, bem como as datas da realização à medida que forem executados; iv. levantar as necessidades de adaptações necessárias nos vários estabelecimentos de ensino considerados impróprios ao atendimento da respectiva clientela e prover essas escolas com os equipamentos e funcionalidades necessários às respectivas modalidades e níveis de ensino oferecidos; (...)(grifou-se)*

Processo nº 20.990/2015: Auditoria Operacional para avaliação da infraestrutura das unidades escolares de ensino fundamental

Achados de auditoria constantes do relatório final:

Das 50 escolas inspecionadas, 62 % não dispõem de quadra de esportes e 36% não possuem parque de recreação;

Inexistência de refeitório em 86% das escolas inspecionadas, em desacordo com as necessidades dos alunos e com boas práticas de ambientes escolares, recomendadas pelo Ministério da Educação e ANVISA;

Indisponibilidade de bibliotecas em 36% das escolas inspecionadas e condições gerais de uso regulares ou ruins em 52% das existentes;

Indisponibilidade de laboratório de informática aos alunos em 54% das escolas inspecionadas. Das 50 escolas inspecionadas, 36% (18) não possuíam laboratório e, das 32 que possuíam, apenas 23 estavam em uso;

Apesar de mais de 98% dos banheiros estarem disponíveis aos alunos, 30% dos mictórios e mais de 20% de vasos sanitários, de torneiras, de box/ cabines e de lâmpadas encontram-se com defeito;

*Teor da **Decisão nº 4.118/2016**, que apreciou a fiscalização:*

*“...II – **determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, atualize o Plano de Implementação encaminhado a esta Corte e juntado ao Processo nº 1.630/11, cujo acompanhamento, por força do inciso III, alínea “a”, da Decisão nº 80/16, deve ser feito nos autos em exame(...); III – determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no mesmo prazo de 120 (cento e vinte) dias, inclua no Plano de Implementação a ser enviado a este Tribunal as medidas tendentes a corrigir as falhas constatadas nos autos em exame, de modo a: a) garantir às pessoas com dificuldade de locomoção o livre acesso ao espaço escolar, disponibilizando, inclusive, sanitários adaptados aos portadores de necessidades especiais, de forma a cumprir o disposto no arts. 10, inciso IV, e 19, do Decreto Distrital nº 20.769/99; b) assegurar o pleno funcionamento das bibliotecas escolares e das salas de leitura, nos termos da Lei Federal nº 12.244/10, do Decreto Distrital nº 20.769/99 (art. 5º, inciso V – e das estratégias definidas na Lei federal nº 13.005/14, Plano Nacional de Educação – PNE, e na Lei Distrital nº 5.499/15, Plano Distrital de Educação – PDE, dotando esses espaços de instalações e recursos adequados à sua finalidade e proporcional ao quantitativo de alunos; c) prover***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar da rede pública de ensino, disponibilizando profissionais capacitados para a monitoria dos alunos e conexão à internet com velocidade compatível às necessidades educacionais, de modo a atender às estratégias estabelecidas no PNE e no PDE; d) dotar de refeitórios as escolas da rede pública de ensino, com especial atenção para as escolas que oferecem ensino em tempo integral, em consonância com as estratégias estipuladas no PNE e no PDE, observados, ainda, os ditames da Resolução RDC nº 216/2004, da Anvisa, que define boas práticas para serviços de alimentação; e) garantir o acesso a quadra de esportes adequada à prática de educação física nas escolas em que esse espaço tenha previsão legal obrigatória, nos termos do art. 8º do Decreto nº 20.769/99, bem como parque infantil compatível com as necessidades escolares;...” (grifou-se)

Processo nº 14.320/13: Auditoria Operacional para avaliação das ações governamentais desenvolvidas pela Secretaria de Educação na promoção do Ensino Médio

Foi analisado, dentre outros aspectos, a infraestrutura das unidades escolares, sendo evidenciado que as instituições não atendem satisfatoriamente as necessidades dos usuários, sendo apurados problemas diversos, a saber:

*ambiente das salas de aula impróprio (pisos esburacados, baixo conforto térmico e acústico, mobiliário inadequado);
baixa disponibilidade de auditórios, quadras de esporte descobertas, bem como, de condições inapropriadas de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.*

*Teor da **Decisão nº 5.677/2014**, que apreciou o Relatório Final da auditoria:*

*II – **determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF** que: a) realize diagnóstico completo da infraestrutura das unidades escolares de toda rede pública do Distrito Federal de forma a orientar o planejamento de manutenção, devendo conter, no mínimo: (...); b) **implemente rotinas sistematizadas de inspeção periódica da infraestrutura das unidades escolares**, acompanhadas de registros e relatórios gerenciais, de forma a manter atualizado o diagnóstico e identificar as demandas prioritárias (Achado 1); c) **com base em diagnóstico da infraestrutura das unidades escolares, elabore e implemente progressivamente uma política de gestão da infraestrutura física das escolas**, que assegure a melhoria das instalações da rede pública de ensino do Distrito Federal, incluindo a correção das seguintes desconformidades (Achado 2): i) baixo conforto térmico e acústico das salas de aula; ii) pisos irregulares (desgastados ou com buracos) das salas de aula; iii) baixo estado de conservação dos banheiros das escolas; iv) mobiliários incompatíveis e em má condição de conservação; v) acesso à internet de má qualidade (baixa estabilidade e velocidade); vi) condições insatisfatórias de acessibilidade às escolas e inadequação das instalações para os alunos portadores de necessidades especiais; (...)*

*O cumprimento da Decisão está sendo **monitorado** no **Processo nº 17.510/16**, e as informações obtidas junto à SEDF por ocasião da fiscalização em curso revelam que:*

Ações pontuais de manutenção predial foram realizadas no exercício de 2015, com registro de um gasto total de R\$ 744.009,70 com ações de manutenção de dez unidades educacionais de ensino especial, inclusive no mencionado CEE nº 01 de Planaltina4;

A Secretaria de Educação elaborou um plano de obras para o período de 2015 a 2018, segmentado por Coordenação Regional de Ensino (CRE), no qual consta a ordem de prioridade das obras demandadas para cada Regional.

*A construção de cobertura metálica de quadra de esportes no **CEE nº 01 de Planaltina encontra-se em sexto lugar de prioridade dentre as obras solicitadas daquela Regional**. Ressalte-se, ainda, que esta obra se encontra registrada como prioridade do governo e faz parte de lista específica de obras de reconstrução ou*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

adequação a serem realizadas em parceria com a NOVACAP, constando como prioridade número 15 na referida lista.” (Grifos no original e acrescidos).

10. Lado outro, no tocante à possível percepção indevida de gratificação de atividade de ensino especial, a SEAUD sugeriu o envio dos autos à SEFIPE, levando em conta a expertise do órgão de fiscalização de pessoal desta c. **Corte de Contas** para exame da indigitada **questio** e o determinado no **item III.d** da r. Decisão nº 5.994/2016.

11. Ao final, propôs ao e. **Plenário**:

*“I. tomar conhecimento do Ofício nº 28/2017-GAB/SE (eDOC 784754D8-c);
II. deixar de realizar a fiscalização requerida pelo Parquet nos itens III.1 e III.3 da Representação nº 15/2016-ML, com a finalidade de avaliar as condições das instalações físicas e a carência de profissionais no âmbito dos Centros de Ensino Especiais do DF, em razão de matérias de mesma natureza já estarem sendo tratadas nos Processos nº 20.990/2015; 17.510/2016, 14.320/13 e 1.130/2014;
III. devolver os presentes autos à Secretaria de Auditoria, para fins de arquivamento.”*
(Grifos acrescidos).

12. Por seu turno, a SEFIPE procedeu ao exame suscitado no III.d da r. Decisão nº 5.994/2016 no bojo da instrução realizada no documento registrado por meio do e-DOC 6A930398-e. **In casu**, após avaliar os requisitos estabelecidos nas Leis nºs 5.105/2013 e 5.106/2013, a unidade reconheceu a **presença de indícios suficientes** para justificar a inclusão do **item III.2** do pedido formulado pelo **Parquet** especializado na Representação nº 15/2016 – ML (90D07D5D-e) no **roteiro de auditoria da unidade especializada** deste e. **TCDF**.

13. Nessa toada, a SEFIPE sugeriu e. **TCDF**:

*“I. autorizar a SEFIPE a incluir em roteiro de auditoria o pagamento da Gratificação de Atividade de Ensino Especial, disciplinada pelas Leis nº 5.105/2013 e 5.106/2013;
II. deliberar a respeito das sugestões apresentadas pela Secretaria de Auditoria (F2D7FA44-e);
III. dar ciência ao douto representante do MPjTCDF do teor da decisão que vier a ser proferida no presente feito;
IV. autorizar o arquivamento dos autos.”* (Grifos acrescidos).

14. Ato contínuo, em cumprimento ao r. Despacho Singular do Secretário de Fiscalização de Pessoal (e-DOC 85D617FB-e), os autos foram encaminhados a este Órgão Ministerial de Contas para a devida manifestação.

15. Após este relato, o **Parquet** especializado passa à análise do presente feito.

16. Nesse contexto, esta Quarta Procuradoria destaca que possui entendimento **parcialmente congruente** com o alcançado pela SEAUD na Informação nº 5/2017-SEAUD (e-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

DOC F2D7FA44-e). Em outra toada, o **MPC/DF** acolhe integralmente as sugestões contidas no exame engendrado pela SEFIPE (e-DOC 6A930398-e).

17. No tocante ao exame realizado pela SEAUD, forçoso destacar que a referida unidade técnica **não refutou** a existência das irregularidades indicadas por este **MPC/DF**.

18. Além disso, não é despidendo ressaltar que, por mais que gravitem as impropriedades indicadas pelo **MPC/DF**, os feitos invocados na Informação nº 5/2017-SEAUD **não enfrentam diretamente** as carências e particularidades atinentes aos Centros de Ensino Especial do Distrito Federal.

19. A propósito, ao compulsar o Processo nº 20.990/2015, mormente o e-DOC 3011CA7F-e, este **MPC/DF** constatou que, durante a instrução do feito, a equipe responsável pela condução da autoria não avaliou, **in loco**, Centros de Ensino Especial.

20. O anexo do Relatório Final de Auditoria (e-DOC 3011CA7F-e) indica que foram visitadas os seguintes estabelecimentos: **CEF 1 CELAM – Plano Piloto, EC 204 Sul – Plano Piloto, Escola Meninos e Meninas do Parque – Plano Piloto, Escola Parque da Cidade/PROEM, CEF 03 – Brazlândia, CEF 04 – Brazlândia, EC 08 – Brazlândia, EC Bucanhão – Ceilândia, CEF 10 – Piloto – Ceilândia, CEF 18 – Ceilândia, EC Córrego das Corujas – Ceilândia, EC 24 – Ceilândia, EC 43 – Ceilândia, CED 08 – Gama, EC 22 – Gama, EC Casa Grande – Gama, EC Córrego Barreiro – Gama, CEF 02 – Riacho Fundo II – Núcleo Bandeirante, EC Kanegae – Núcleo Bandeirante, EC Ipê – Núcleo Bandeirante, EC 01 – Núcleo Bandeirante, CEF Jardim II – Paranoá, EC 01 – Paranoá, EC 02 – Itapoã – Paranoá, EC Boqueirão – Paranoá, CEF Cerâmicas Reunidas Dom Bosco – Planaltina, EC 07 – Planaltina, EC 15 – Planaltina, EC Vale do Sol – Planaltina, CED Myriam Ervilha – Recanto das Emas, CEF 115 – Recanto das Emas, EC Vila Buritis – Recanto das Emas, EC 303 – Samambaia, EC 415 – Samambaia, EC 431 – Samambaia, EC Guariroba – Samambaia, CEF Sargento Lima – Santa Maria, EC 100 – Santa Maria, EC Porto Rico – Santa Maria, CAIC Piloto – São Sebastião, CEF Nova Betânia – São Sebastião, EC Bela Vista – São Sebastião, EC Dom Bosco – São Sebastião, EC São Bartolomeu – São Sebastião, EC 12 – Sobradinho, EC 14 – Sobradinho, EC Córrego do Ouro – Sobradinho, EC Engenho Velho – Sobradinho, CEF 10 – Taguatinga, EC 46 – Taguatinga e EC Arniqueira – Taguatinga.**

21. A lista indicada no parágrafo anterior revela a ausência de coincidência entre a avaliação empreendida no Processo nº 20.990/2015 e os **13 Centros de Ensino Especial do Distrito Federal**, quais sejam: **CEE 1 de Brazlândia, CEE 1 e 2 de Ceilândia, CEE 1 do Gama, CEE 1 do Guará, CEE 1 do Paranoá, CEE 1 de Planaltina, CIEE, CEE 2 de Brasília, CEEDV, CEE 1 de Santa Maria, CEE 1 de Samambaia, CEE 1 de Sobradinho e CEE 1 de Taguatinga.**

22. Por seu turno, o Processo nº 14.320/2013, conforme ressaltou a Unidade Instrutiva, almeja identificar problemas atinentes ao **ensino médio no Brasil**, escopo, evidentemente, **diverso do avaliado no feito em epígrafe**. Da mesma forma, o Processo nº 17.510/2016, constituído para avaliar o efetivo cumprimento da r. Decisão nº 5.677/2014,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

proferida nos autos do Processo nº 14.320/2013, **tampouco apresenta intersecção direta** com as irregularidades invocadas pelo **MPC/DF**.

23. Quanto ao Processo nº 1.130/2014, cujo desiderato é o exame da adequação da oferta de professores às necessidades da rede pública de ensino, forçoso reconhecer a **similitude** entre a irregularidade invocada na Representação nº 15/2016-ML (carência de profissionais) e a apuração em comento.

24. Por conseguinte, afora a avaliação concernente à insuficiência de pessoal tratada no Processo nº 1.130/2014, verifica-se que os Processos nºs 20.990/2015, 17.510/2016 e 14.320/2013, malgrado possuam escopo **assaz abrangente**, não avaliam detidamente as necessidades particulares enfrentadas pelos Centros de Ensino Especial.

25. Nesse contexto, este **Parquet** especializado entende que o encaminhamento apropriado para o presente feito, mormente em face da confirmação das irregularidades invocadas na Peça vestibular, deve levar em conta a **ponderação** entre os **princípios negligenciados** pela SE/DF na espécie (**legalidade, eficiência, da dignidade da pessoa humana, da isonomia, da indisponibilidade e supremacia do interesse público, vedação ao retrocesso, da razoabilidade e da continuidade dos serviços públicos**) e **aqueles invocados** pela SEAUD **para justificar o arquivamento do presente feito** em razão de outros procedimentos fiscalizatórios, quais sejam: **racionalidade e eficiência**.

26. Sendo assim, tendo em conta o **assento constitucional, implícito e explícito**, conferido aos princípios em conflito, o exame da controvérsia evoca a aplicação da **regra da ponderação e da proporcionalidade**, em face da **ausência de hierarquia** entre os postulados contrapostos. Imprescindível, portanto, proceder ao exame da **adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito** em relação às providências a serem tomadas por esta c. **Corte de Contas** para melhor resolução das inconsistências identificadas na espécie.

27. Para realizar a avaliação sugerida, o **MPC/DF** adotará como premissa a providência sugerida pela SEAUD para colmatar as inconsistências identificadas na Peça Vestibular, em face da expertise da unidade para avaliação das fiscalizações desenvolvidas pelo e. **TCDF**.

28. Evidentemente, considerando os princípios invocados pela SEAUD (**racionalidade e eficiência**), a manutenção da controvérsia indicada pelo **MPC/DF exclusivamente** nos processos já instaurados no c. **TCDF** (Processo nº 20.990/2015, 17.510/2016, 14.320/2013 e 1.130/2014) poderia até constituir **medida adequada** para o saneamento das falhas concernentes à **precariedade da unidade escolar**, mesmo que por **via transversa**.

29. **No entanto**, a patente **morosidade** para deslinde de procedimentos de controle com **maior envergadura**, aos olhos do **MPC/DF**, evidencia que a proposta da SEAUD não parece ser o meio mais efetivo para equacionar as irregularidades identificadas no CEE de Planaltina. Destarte, no tocante ao paradigma da **necessidade**, a manutenção das apurações em



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

curso **não constitui o meio menos gravoso para resolução da controvérsia**, ainda que se observe a **escassez** dos recursos operacionais desta c. **Corte de Contas**.

30. Como alternativa entre o arquivamento do Processo e a instauração de auditoria específica para avaliar os 13 Centros de Educação Especial, este Órgão Ministerial invoca a deliberação adotada pelo e. **TCDF** no Processo nº 30.508/2016, constituído para avaliar as **condições precárias de funcionamento dos Centros de Ensino Especial do Guará e de Sobradinho**.

31. No aludido feito, em face da **necessidade de providências prementes** para salvaguardar a incolumidade dos estudantes e possibilitar prestação adequada do dever material do Distrito Federal com a educação, o e. **Plenário**, anuindo integralmente com o profícuo Voto¹ do relator do feito, o em. Cons. **Inácio Magalhães Filho**, proferiu a r. Decisão nº 1.065/2017 (e-DOC AE704BA7-e), nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento: a) do Ofício n.º 2124/2016 - GAB/SE e documentos anexos (e-DOC D5F90BAA-c), encaminhados pela SE/DF; b) da Informação n.º 211/2016 – 2ª Diacomp (e-DOC E513E2FC-e); c) do Parecer n.º 106/2017–ML (eDOC EF7D335F-e); II – considerar: a) atendida a diligência constante do item II da Decisão n.º 5.060/2016; b) no mérito, **procedente a Representação n.º 14/2016-ML**; III – **alertar a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF quanto à necessidade de adotar as medidas cabíveis para, com a urgência que o caso requer, corrigir as precárias condições relacionadas a seguir, encaminhando ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentação comprobatória relativa à diligência em comento: a) adequação da rede elétrica do Centros de Educação Especial – CEEs n.º 1 de Sobradinho e n.º 1 do Guará, de modo a atender a contento às demandas das unidades escolares; b) eliminação dos problemas identificados no reservatório de água que supre as necessidades do CEE n.º 1 do Guará, cuja estrutura se encontra comprometida e pode causar danos à comunidade escolar e ao patrimônio público; IV – dar ciência: a) desta decisão ao ilustre representante do Parquet Especial; b) à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe/TCDF no que concerne à falta de pessoal mencionada na Representação n.º 14/2016-ML, porque inerente às competências de sua alçada; V – autorizar: a) o envio de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão à SE/DF, a fim de auxiliar no cumprimento da diligência constante do item III; b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento – Seacom/TCDF, para as providências de sua alçada.”** (Grifos acrescidos).*

32. Salutar trazer à baila excerto do voto condutor do r. **Decisum** supra (e-DOC 1D216ABB-e), no tocante ao reconhecimento da necessidade de **postura proativa** desta c. **Corte de Contas**:

“Ao compulsar os autos, constato que, quanto ao mérito da Representação n.º 14/2016-ML, não há qualquer dúvida quanto à sua procedência.

¹ e-DOC 1D216ABB-e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

De fato, as instalações físicas dos Centros de Ensino Especial – CEEs n.º 1 de Sobradinho e n.º 1 do Guará mostram-se precárias. As redes elétricas de ambas unidades encontram-se impróprias ao uso, devendo ser adequadas de modo a atender a contento às demandas escolares. Além disso, a estrutura do reservatório de água que supre as necessidades do CEE n.º 1 do Guará resta comprometida, podendo causar danos à comunidade escolar e ao patrimônio público e ensejar a interrupção completa das atividades desenvolvidas naquela unidade.

*Tais constatações, no entanto, não são exclusividades das aludidas unidades escolares (infelizmente). Tanto é que a Auditoria Integrada realizada por esta Corte de Contas, em adesão ao Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Tribunal de Contas da União – TCU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil – Atricon e o Instituto Rui Barbosa – IRB, objetivando ‘avaliar a qualidade e a disponibilidade das instalações e dos equipamentos de escolas do ensino fundamental da rede pública do Distrito Federal’, no bojo do **Processo n.º 20.990/2015**, que culminou na prolação da **Decisão n.º 4.118/2016** (eDOC 32D7CECB-e), **identificou a necessidade de melhorias e adaptações nas instalações e nos equipamentos das escolas de ensino fundamental** visitadas, conforme consta do tópico 3 – **Conclusões do Relatório Final de Auditoria** (e-DOC 93494645-e), transcrito a seguir:*

*‘115. No curso da presente fiscalização, evidenciou-se que, das cinquenta escolas de ensino fundamental inspecionadas pela equipe de auditoria, **falta acessibilidade para alunos com dificuldades de locomoção em 50%, não há banheiros adaptados para pessoas com necessidades especiais em 44%, não existe refeitório adequado em 86%, falta quadra de esportes em 62% e não há parque de recreação em 36%.** Ademais, **indisponibilidade de biblioteca em 36%** das escolas visitadas e, nas que dispõem do espaço, cerca da metade encontra-se em **condições gerais de uso regulares ou ruins**. Por fim, **não há laboratório de informática disponível aos alunos em 54%** das escolas inspecionadas.*

*116. **Os resultados alcançados demonstram que as instalações e os equipamentos das escolas de ensino fundamental visitadas necessitam de melhorias e adaptações, situação que não difere substancialmente do averiguado nas fiscalizações empreendidas por esta Divisão nos Processos n.ºs 37711/06, 2380/08, 3080/09, 3239/10, 1630/11 e 1173/14**, nos quais se procedeu à formação de uma série histórica das **condições das instalações das escolas de educação básica da rede pública de ensino do DF**, incluindo centros de ensino de línguas, centros de ensino especial e escolas parque.*

*117. Há que se registrar, todavia, que, diferentemente das auditorias anteriores, registradas nos processos listados no parágrafo 116 e cujos resultados foram estendidos para toda a rede pública de ensino por meio de inferência estatística, **a metodologia aplicada nos trabalhos ora realizados**, em especial no que concerne à forma de seleção da amostra, **não permite a extrapolação dos resultados obtidos nas cinquenta escolas visitadas para o universo das escolas públicas de ensino fundamental do DF.***

*118. Em que pesem as relevantes diferenças de escopo e de metodologia assinaladas, as **medidas corretivas aqui propostas são semelhantes às contidas nos processos e decisões anteriores que trataram da qualidade das instalações físicas das escolas**, devendo o acompanhamento da matéria ser feito no âmbito deste **Processo n.º 20990/15-e**, em cumprimento ao **item III.a da Decisão n.º 80/16**.*

*119. Nesse contexto e tendo restado claro que **as medidas até então adotadas pela Secretaria de Educação não se mostraram suficientes para reverter o quadro insatisfatório das instalações físicas da rede pública de ensino**, considera-se necessário determinar à SEDF que atualize o Plano de Implementação originalmente encaminhado a esta Corte no âmbito do **Processo n.º 1630/2011**, bem como que inclua no referido Plano as medidas aptas a corrigir as novas constatações decorrentes da auditoria ora em análise.*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

120. Registre-se, por fim, que não foi enviada versão prévia deste Relatório de Auditoria para manifestação do gestor, haja vista que as proposições aqui apresentadas reiteram, no mérito, as decisões proferidas nos processos correlatos anteriormente citados, consoante a exceção contemplada no § 4º, do art. 1º, da Resolução TCDF nº 271, de 11.06.2014.

*121. Ademais, **trata-se de tema em relação ao qual a jurisdicionada manifestou-se em diversas ocasiões**, a exemplo do Ofício nº 1428/2013-GAB/SE, de 16.08.2013 (e-DOC 918D21ED), tendo **reconhecido, nessas oportunidades, a existência das falhas apontadas por este Tribunal**. Seguindo o rito natural dos processos desta Corte, o gestor da SEDF poderá manifestar-se, outras vezes mais, quando do cumprimento de diligências.” (grifei)*

*Diante desse cenário, a Seacomp/TCDF **pugna por emissão de alerta à SE/DF** para que, se ainda não fez, **contemple a situação fática delineada nestes autos aos termos prolatados na Decisão n.º 4.118/2016**.*

*Porém, a preocupação externada pelo n. Procurador do MPjTCDF, quanto à **inviabilidade de se esperar o deslinde do Processo n.º 20.990/2015** para saneamento das falhas constatadas, faz-me crer ser necessário promover pequeno ajuste no alerta **proposto** pela área instrutiva, a fim de atender, ainda que por via alternativa, ao encaminhamento aventado pelo órgão ministerial.*

*Entendo que o Plenário desta Corte de Contas deve **alertar à SE/DF** quanto à necessidade de adotar as medidas cabíveis para, com a **urgência** que o caso requer, corrigir as falhas constatadas nos CEEs n.º 1 de Sobradinho e n.º 1 do Guará. Em razão disso, a Pasta de Estado deverá encaminhar, em 30 (trinta) dias, documentação comprobatória relativa à diligência em comento. (Grifos no original e acrescidos).*

33. Desse modo, ante a **semelhança das falhas** identificadas na situação fática que deu esboço à prolação do r. **Decisum** nº 1.065/2017 com as expostas na Representação nº 15/2016-ML, o **sopesamento** entre a **necessidade de real implementação dos princípios negligenciados** pela SE/DF e o **grau de não satisfação dos princípios invocados pela SAUD** demanda reconhecer a **preponderância da legalidade, da eficiência, da dignidade da pessoa humana, da isonomia, da indisponibilidade e supremacia do interesse público, da vedação ao retrocesso, da razoabilidade e da continuidade dos serviços públicos**, sem aniquilação daqueles – **juízo de proporcionalidade**.

34. Nessa perspectiva, os paradigmas da **necessidade** e da **proporcionalidade em sentido estrito** demandam uma **atuação pontual e célere** desta c. Corte de Contas para solução das irregularidades apontadas na Representação nº 15/2016-ML.

35. Entretanto, não é despiciendo reconhecer a plausibilidade dos argumentos invocados pela Secretaria de Auditoria. Sendo assim, este **MPC/DF sugere** que o e. **TCDF** adote **entendimento análogo** ao alcançado no Processo nº 30.508/2016-e, por intermédio da r. Decisão nº 1.065/2017, em deferência aos princípios indicados pelo **MPC/DF** no parágrafo anterior, aos postulados da **racionalidade** e da **eficiência** e à desejável **uniformidade de entendimentos**.

36. Conforme exposto no Parecer nº 106/2017 – ML (e-DOC EF7D335F-e), exarado no Processo nº 30.508/2016-e, com esboço no **potencial prejuízo ao resultado útil** das apurações realizadas no presente feito, bem como no **princípio da duração razoável dos processos**, este **Parquet** especializado entende que **o prosseguimento do feito** em epígrafe



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

constitui **postura mais adequada** para a elucidação da situação fática exposta nestes autos e, por conseguinte, permite **maior eficiência** na correção ulterior das irregularidades identificadas na unidade escolar em destaque.

37. Ainda no que concerne ao Processo nº 30.508/2016-e, imperioso asseverar que o Corpo Instrutivo sugeriu, por intermédio da Informação nº 211/2016 – DIACOMP 2 (e-DOC E513E2FC-e), a **inclusão das falhas verificadas** nos CEE's do **Guará** e de **Sobradinho** no escopo do Processo nº 20.990/2015, adotando, por conseguinte, postura semelhante à propugnada pela SEAUD nos autos agora em análise. Contudo, conforme salientado alhures, **o entendimento não foi acolhido** pelo e. **TCDF**.

38. De bom alvitre rememorar que as **condições precárias** encontradas nos Centros de Ensino Especial, bem como as ausências identificadas no corpo docente das unidades, conforme sobejamente destacado nos autos, **assolam a carente comunidade** que utiliza os serviços públicos disponibilizados pelo Governo do Distrito Federal.

39. Por conseguinte, em que pese entender **louvável** a sugestão emanada do Corpo Instrutivo, aos olhos deste **MPC/DF**, **o tratamento da matéria abordada no presente feito de modo apartado e específico permite a solução célere de problemas que demandam pequenos esforços administrativos da SE/DF, notadamente em razão da baixa complexidade envolvida**. Outrossim, vale dizer que essa **abordagem pontual**, no sentir deste **Parquet** especializado, **não impossibilita** o processamento da matéria em feito com escopo mais abrangente, como é o caso dos trazidos à baila pelo Corpo Instrutivo.

40. Não se pode olvidar que a avaliação sistêmica dos problemas estruturais encontrados nos Centros de Ensino do Distrito Federal, em que pese possibilitar o enfrentamento **holístico das deficiências identificadas na gestão da SE/DF, pode não sanear, na velocidade esperada, inconsistências específicas com gravidade já reconhecida** pelo e. **TCDF**.

41. Por oportuno, cabe destacar que **a estrutura orgânica das Secretaria de Controle Externo** desta e. **Corte de Contas** **permite o exame apartado de matéria em suas mais variadas dimensões**, de modo a tornar **efetiva** a aplicação das competências constitucionais atribuídas ao controle externo, como exemplo as estabelecidas no art. 71, IX e XI², da CF/1988. É dizer, inspeções pontuais e auditorias de grande envergadura não são excludentes. Exemplo paradigmático da possibilidade invocada é a segregação entre os exames

² “Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

(...)

IX - assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

(...)

XI - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.” (Grifos acrescidos).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

empreendidos pela Secretaria de Auditoria e pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal no presente feito.

42. Nessa perspectiva, eventual sobreposição de esforços pode ser superada pelas especificidades da matéria objeto do feito em epígrafe.

43. Em tempo, de modo a denotar a urgência da matéria versada no presente feito, sublinha-se que a **inadequação das instalações elétricas e do espaço reservado para aulas de música do Centro de Ensino Especial de Planaltina pode ensejar a interrupção das atividades desenvolvidas no mencionado CEE**, além de colocar em risco a incolumidade dos discentes e docentes.

44. Sendo assim, a relevância da matéria, no sentir do **MPC/DF**, **aparenta ser incompatível** com o **ritmo de processamento de auditoria de regularidade**, tal qual reconhecido pelo e. **TCDF** na r. Decisão nº 1.065/2017, exarada no Processo nº 30.508/2016.

45. Portanto, no modo de ver deste Órgão Ministerial, a **urgência** que deve ser dada às **instalações elétricas** no CEE de Planaltina, bem como à adequação do **reservatório de gás**, do **espaço reservado para confecção de alimentos**, da **quadra de esportes**, do **acesso à horta**, do **local destinado para aulas de música** e das **calhas para escoamento de água** da unidade escolar é fator que possibilita que tais assuntos continuem sendo tratados nestes autos.

46. Ademais, uma vez que a necessidade de **medidas céleres** foi apresentada na Representação nº 15/2016-ML como fundamento para justificar a tramitação do presente feito em autos apartados, parece adequado que estes fatos continuem sendo tratados neste Processo.

47. A propósito, eis os argumentos perfilhados pelo **MPC/DF** na exordial.

*“Nesse contexto, vale dizer que, **afora precariedade do ambiente físico encontrado para atendimento das demandas atinentes à acessibilidade dos estudantes matriculados no CEE nº 01 de Planaltina, matéria tratada no âmbito desta c. Corte de Contas no Processo nº 26.221/2013**, a visita ao citado estabelecimento permitiu identificar a falta de ação proativa da SEE/DF para com os estudantes em condições especiais, mormente em razão da inadequação das instalações físicas e das ausências de profissionais fundamentais ao desenvolvimento regular das atividades letivas do CEE.*

*Em tempo, vale sublinhar que por **lealdade e razoabilidade processual**, esse **Parquet especializado não irá se imiscuir em nuances atinentes ao cumprimento dos preceitos de acessibilidade nos prédios do CEE**, tendo em vista que essa é a temática do Processo nº 26.221/2013.*

*Volvendo ao caso concreto, imprescindível asseverar que as nuances trazidas à baila nesta Peça Ministerial **evidenciam elevado potencial de risco à incolumidade dos estudantes e dos profissionais que frequentam a escola e, por conseguinte, no sentir desta Quarta Procuradoria, demandam medidas urgentes desta c. Corte de Contas**, a fim de garantir o adequado funcionamento do órgão público.*

***In casu**, aos olhos do **MPC/DF**, as fragilidades encontradas **inviabilizam o desenvolvimento eficiente das aulas no centro de ensino**. Essas falhas, inclusive,*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

possuem o condão de obstar o acesso de alunos à quadra poliesportiva da unidade, de fundamental importância para desenvolvimento motor dos discentes.

(...)

Conforme é possível depreender desta Exordial, as irregularidades reportadas não albergam apenas regras de acessibilidade e, portanto, não destoam do escopo da auditoria conduzida no Processo nº 26.221/2013. Dessa forma, as inconsistências, no sentir deste MPC/DF, podem ser tratadas em feito específico, máxime em razão da urgência proveniente dos riscos causados aos estudantes e aos servidores que convivem no Centro de Ensino Especial nº 1 de Planaltina.

A propósito, a par do panorama identificado, não é possível projetar quando serão tomadas medidas efetivas pela gestão central da SEE/DF para correção das irregularidades encontradas na visita in loco realizada pelo MPC/DF, o que evoca a atuação premente desta c. Corte de Contas.” (Grifos no original).

48. Nesse contexto, em que pese a inclusão do Centro de Ensino Especial de Planaltina no escopo do Processo nº 26.221/2013, que, repita-se, trata de preceitos de acessibilidade, no sentir deste Órgão Ministerial, o resultado efetivo das ações de controle em trâmite no presente processo **demandam o prosseguimento do feito.**

49. A mesma percepção justifica a segregação da apuração levada a efeito no presente processo daquelas empreendidas nos procedimentos de controle conduzidos nos Processos nº 20.990/2015, 17.510/2016 e 14.320/2013.

50. Quanto ao Processo nº 20.990/2015, cogente sublinhar **a dilação de prazo** para cumprimento da r. Decisão nº 4.118/2016, concedida por meio da Decisão da Presidência nº 090/2016-P/AT. Portanto, não se pode olvidar que a **extensão do exame realizado Processo nº 20.990/2015** pode culminar em **novos pedidos de prorrogação de prazo, a exemplo do propugnado pela SE/DF no Ofício nº 555/2017-GAB/SE** (e-DOC D5046DA7-c) e, conseqüentemente, conforme dito alhures, tornar ainda mais morosa a solução das irregularidades que comprometem a qualidade do ensino ofertado pelo Distrito Federal no CEE de Planaltina.

51. Aos olhos do **MPC/DF**, avistar o relativo desleixo dos gestores da SE/DF em relação aos alunos dos Centros de Ensino Especial, sem a adoção de medidas efetivas, não parece condizente com o **princípio da eficiência**. A perspectiva do **Parquet** leva em conta, precipuamente, a prestação adequada do serviço essencial em destaque (educação).

52. Superada a possibilidade de tramitação do presente feito, vale transcrever a avaliação realizada na Informação nº 5/2014-SEUAD (e-DOC F2D7FA44-e) acerca dos **esclarecimentos** prestados em atenção à r. Decisão nº 1.065/2017 (e-DOC AE704BA7-e), **in verbis**:

*“16. Quanto aos esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Estado de Educação (Ofício nº 28/17 - eDOC 784754D8-c), foi informado que **consta no planejamento da pasta o Plano de Obras 2015-2018, que contém previsão para reestruturação das unidades de ensino especial. Para o caso do Centro de Ensino Especial nº 01 de***



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Planaltina está antevista a 'construção de cobertura metálica da quadra de esportes e piscina aquecida'.

*17. Ainda, informou que o referido **Plano foi elaborado conforme prioridades definidas e elencadas pelas Coordenações Regionais de Ensino, considerando as necessidades emergenciais, a demanda reprimida detectada no âmbito do DF e os recursos orçamentários disponíveis para o período.***

18. Portanto, a manifestação da SEDF corrobora a análise realizada anteriormente, no sentido de que as irregularidades nas instalações físicas de unidades escolares são um problema recorrente e sistêmico da rede pública de ensino e que a atuação da SEDF para a resolução dos problemas relatados na exordial fica bastante comprometida em virtude das limitações financeiro-orçamentárias e de outras prioridades estabelecidas pelo legislador.

*19. Nesta esteira, visto que os problemas relacionados à infraestrutura das unidades escolares **já vêm sendo acompanhados por esta Corte nos processos supra, não se demonstra razoável iniciar nova auditoria para tratar de matéria similar e com escopo limitado aos casos pontuais e específicos dos Centros de Educação Especial**.*

*20. Ainda, entende-se que a resolução desses problemas pela Secretaria de Educação **deve ser processada à luz da situação geral das instalações físicas das unidades escolares da rede pública de ensino, conforme priorização de suas ações (nos moldes do Plano de Obras 2015-2018), sendo condicionada à disponibilidade financeira**. Ademais, as Decisões já proferidas pelo Tribunal nos processos mencionados são **suficientes para direcionar a atuação sistêmica** (abrangendo todas as modalidades de ensino) da SEDF no que tange à resolução das irregularidades. Logo, esta Corte **deve buscar a eficácia de sua atuação primando pela realização do monitoramento das deliberações anteriores relacionadas à matéria**.*" (Grifos acrescidos).

53. A propósito, em face das manifestações apresentadas no Ofício nº 28/2017 – SE/DF (e-DOC 784754D8-e), pode o e. **TCDF** considerar **cumprida a determinação** contida no **item II** da r. Decisão nº 5.994/2016.

54. Contudo, ao compulsar os esclarecimentos invocados pela jurisdicionada, este **Parquet** especializado **não logrou** identificar argumentos suficientes para afastar integralmente as irregularidades indicadas na Representação nº 15/2016-ML (e-DOC 90D08D5D-e), notadamente aquelas relacionadas às **instalações físicas do CEE de Planaltina**.

55. Impende destacar que **as justificativas apresentadas apenas ratificam a existência de problemas estruturais na unidade**, fartamente demonstrados na Peça Vestibular e no relatório fotográfico apresentado por este **MPC/DF**.

56. Os esclarecimentos trazidos à baila pela SE/DF são, essencialmente, amparados na **suposta insuficiência de recursos públicos** para custeio das despesas assumidas pelo Poder Público, que, a toda evidência, poderia ser solucionada com o remanejamento de recursos não utilizados de outros órgãos públicos e com a **correta escolha do gestor ao aplicá-los**, ao abrigo do disposto no art. 227 da Constituição Federal, que estabelece ser dever do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com **absoluta prioridade**, o **direito à educação**.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

57. Nesse contexto, insta destacar que, conforme jurisprudência emanada do e. **Supremo Tribunal Federal**, a **reserva do economicamente possível** não é argumento idôneo para justificar **retrocesso na qualidade** do ensino fornecido pelas Escolas de Ensino Especial, deixando de albergar o **mínimo existencial**.

58. A propósito, este **Parquet** apresenta excerto de ementa de julgado emanado do **Pretório Excelso**:

“A CONTROVÉRSIA PERTINENTE À ‘RESERVA DO POSSÍVEL’ E A INTANGIBILIDADE DO MÍNIMO EXISTENCIAL: A QUESTÃO DAS ‘ESCOLHAS TRÁGICAS’. - A destinação de recursos públicos, sempre tão dramaticamente escassos, faz instaurar situações de conflito, quer com a execução de políticas públicas definidas no texto constitucional, quer, também, com a própria implementação de direitos sociais assegurados pela Constituição da República, daí resultando contextos de antagonismo que impõem, ao Estado, o encargo de superá-los mediante opções por determinados valores, em detrimento de outros igualmente relevantes, compelindo, o Poder Público, em face dessa relação dilemática, causada pela insuficiência de disponibilidade financeira e orçamentária, a proceder a verdadeiras ‘escolhas trágicas’, em decisão governamental cujo parâmetro, fundado na dignidade da pessoa humana, deverá ter em perspectiva a intangibilidade do mínimo existencial, em ordem a conferir real efetividade às normas programáticas positivadas na própria Lei Fundamental. Magistério da doutrina. - A cláusula da reserva do possível - que não pode ser invocada, pelo Poder Público, com o propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar a implementação de políticas públicas definidas na própria Constituição - encontra insuperável limitação na garantia constitucional do mínimo existencial, que representa, no contexto de nosso ordenamento positivo, emanção direta do postulado da essencial dignidade da pessoa humana. Doutrina. Precedentes. - A noção de ‘mínimo existencial’, que resulta, por implicitude, de determinados preceitos constitucionais (CF, art. 1º, III, e art. 3º, III), compreende um complexo de prerrogativas cuja concretização revela-se capaz de garantir condições adequadas de existência digna, em ordem a assegurar, à pessoa, acesso efetivo ao direito geral de liberdade e, também, a prestações positivas originárias do Estado, viabilizadoras da plena fruição de direitos sociais básicos, tais como o direito à educação, o direito à proteção integral da criança e do adolescente, o direito à saúde, o direito à assistência social, o direito à moradia, o direito à alimentação e o direito à segurança. Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, de 1948 (Artigo XXV). **A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO SOCIAL COMO OBSTÁCULO CONSTITUCIONAL À FRUSTRAÇÃO E AO INADIMPLEMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE DIREITOS PRESTACIONAIS.** - O princípio da proibição do retrocesso impede, em tema de direitos fundamentais de caráter social, que sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive. - A cláusula que veda o retrocesso em matéria de direitos a prestações positivas do Estado (como o direito à educação, o direito à saúde ou o direito à segurança pública, v.g.) traduz, no processo de efetivação desses direitos fundamentais individuais ou coletivos, obstáculo a que os níveis de concretização de tais prerrogativas, uma vez atingidos, venham a ser ulteriormente reduzidos ou suprimidos pelo Estado. Doutrina. Em consequência desse princípio, o Estado, após haver reconhecido os direitos prestacionais, assume o dever não só de torná-los



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

efetivos, mas, também, se obriga, sob pena de transgressão ao texto constitucional, a preservá-los, abstendo-se de frustrar - mediante supressão total ou parcial - os direitos sociais já concretizados. (Grifos acrescidos).

(ARE 639.337 AGR/SP, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello, DJe de 15/9/2011).

59. Destarte, em razão da **proibição do retrocesso** (efeito cliquet dos direitos fundamentais) e da necessidade **manutenção do mínimo existencial**, a suposta **insuficiência de recursos não se mostra suficiente para justificar a negligência do Poder Público**, que redundou nas precárias condições de funcionamento do CEE de Planaltina.

60. Além disso, este **Parquet** especializado entende oportuno aduzir que as falhas estruturais verificadas indicam **falta de planejamento de licitação** conduzida pela Pasta.

61. Nesse diapasão, sublinho que a paralisação da Concorrência nº 01/2016 por determinação deste e. **TCDF** apenas confirma **a deficiência de planejamento da licitação para serviços de manutenção predial no âmbito da SE/DF**, como é possível depreender das diversas irregularidades identificadas na r. Decisão nº 6.375/2016, proferida nos autos do Processo nº 17.528/2016-e.

62. Eis, no que importa, os termos da aludida deliberação:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) III – com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei n.º 8.666/1993, determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SE/DF que **mantenha suspensa a Concorrência n.º 01/2016, até ulterior deliberação desta Corte, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias:***
*a) dar efetivo cumprimento ao disposto nos subitens ‘II-i’ e ‘II-ix’ da Decisão n.º 3.545/2015; b) atender ao disposto no subitem ‘I-iii’ da Decisão n.º 3.545/2015, com ajuste, de modo a **comprovar a existência de dotação orçamentária suficiente para assegurar o pagamento das obrigações relativas ao objeto licitado para o exercício de 2017, já desconsiderando as obrigações contratadas pela Pasta e a serem executadas no ano vindouro; c) fazer constar do edital que a ausência da declaração mencionada no item 3.5.3 não ensejará a inabilitação de nenhum licitante; d) cumprir integralmente ao disposto no subitem ‘II-x’ da Decisão n.º 3.545/2015, de modo que:***
d.1) seja utilizado como referência o histórico dos serviços de manutenção prediais realizados com fulcro no contrato a ser substituído pela Concorrência n.º 1/2016-E/DF, discriminando, para cada um dos 11 (onze) lotes atualmente previstos, os serviços mais relevantes e com maior representatividade financeira; d.2) a qualificação técnico-operacional dos serviços mais relevantes e de valor relevante seja comprovada, além dos requisitos já constantes do edital, também por meio de quantitativos mínimos, limitados a 50% do total estimado de cada serviço, variável para cada lote; d.3) a licitante possa apresentar tantos atestados quantos julgar necessários para comprovar o quantitativo mínimo exigido para a capacidade técnica-operacional, desde que a prestação dos serviços tenha ocorrido de forma concomitante; e) excluir o item 3.1.2.1.1 no novo edital, referente à comprovação de ‘que a licitante possui experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública’; f) incluir, no edital, que o tratamento favorecido e



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

diferenciado em favor de microempresas não poderá ser aplicado caso o faturamento a ser auferido com a licitação em comento acarrete seu desenquadramento, em harmonia com o disposto no art. 24 da Lei Distrital n.º 4.611/2011 e no § 2º do art. 2º do Decreto Distrital n.º 35.592/2014; g) admitir, como documento de habilitação dos licitantes, atestados de capacidade técnica de construção e/ou reforma, nos aspectos compatíveis ou relacionados com a complexidade e peculiaridade do objeto da licitação; (...) (Grifos acrescidos).

63. Para este Órgão Ministerial, a SE/DF não se mostrou proativa no tocante ao resguardo das condições mínimas de funcionamento da mencionada escola. A postura identificada não se coaduna com o **dever** de promover acesso universal à educação, direito fundamental elencado na Carta de 1988, bem como com os **princípios da proibição do retrocesso** e da **dignidade da pessoa humana**.

64. As impropriedades evidenciadas no feito em exame, acompanhadas do **comportamento pouco proativo na obtenção de recursos financeiros** para realização de manutenções básicas na unidade escolar localizada em Planaltina, **autorizam** a emissão de **alerta** pelo e. TCDF.

65. No tocante à carência de profissionais de educação, vale trazer à colação o obtemperado pelo Corpo Técnico na Informação nº 05/2014-SEAUD (e-DOC F2D7FA44-e):

“b. Carência de profissionais

21. No que se refere à **carência de profissionais** no CEE nº 1 de Planaltina, foi mencionado na Representação em exame que havia uma **vaga não preenchida de professor de educação física e uma vaga não suprida de psicólogo** para a realização de serviço educacional de apoio e aprendizagem.

22. Em análise anterior, constante da Informação nº 61/2016 -SEAUD (eDOC 98452430-e), foi apresentada a seguinte consideração:

(...)

17. Quanto a esta questão, os esclarecimentos apresentados pela Secretaria de Estado de Educação (Ofício nº 28/17 - eDOC 784754D8-c) foram os seguintes:

• Em relação à carência de professor de Educação Física a vaga foi ofertada no **Procedimento de Remanejamento**, sob o nº 2647, mas **não havia sido bloqueada até 15/12/2016**, sendo que o procedimento encerrar-se-ia em 19/12/2016. As carências remanescentes **ainda poderiam ser supridas através de Remanejamento a pedido e da utilização do banco de professores aptos a atuar em carências remanescentes de atendimento especializado**;

• Quanto à carência de psicólogo foi informado que: **está registrada na modulação da unidade escolar; os procedimentos para movimentação e exercício dos profissionais do Serviço Especializado de Apoio a Aprendizagem são de responsabilidade das Coordenações Regionais de Ensino e Gerências Regionais de Gestão de Pessoas; indisponibilidade atual de profissionais excedentes para o cargo em questão**.

23. Em suma, a manifestação da SEDF confirma que **as carências informadas na Representação ainda não foram supridas**, corroborando os argumentos apresentados anteriormente de que problemas pontuais de carência de professor e dos demais



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

profissionais em determinadas unidades escolares são, em regra, consequência das falhas gerenciais constatadas na Auditoria Operacional instruída no Processo nº 1.130/2014 e que fazem parte de uma situação sistêmica de insuficiência de profissionais na SEDF.

24. Logo, entende-se que também não seria oportuno realizar nova fiscalização para examinar matéria já avaliada pelo Tribunal, principalmente enquanto as determinações constantes da Decisão nº 3733/2015 estiverem pendentes de atendimento pela SEDF e o assunto estiver sendo monitorado por esta Corte, como no caso em tela.”

66. Conforme reconheceu o Corpo Instrutivo, a carência de profissionais assinalada na exordial ainda não foi saneada pela Pasta. Dessa sorte, o **MPC/DF** sugere a cientificação da SEFIPE para acompanhamento da **quaestio**, tendo em vista as competências inerentes à indigitada unidade especializada, na esteira do preconizado na r. Decisão nº 1.065/2017, proferida nos autos do Processo nº 30.508/2016-e.

67. Volvendo o exame à percepção de **Gratificação de Atividade de Ensino Especial**, em atenção ao comando contido no r. Decisão nº 5.994/2016 (e-DOC F488831A-e), a SEFIPE apresentou a manifestação juntada aos presentes autos eletrônicos por meio do e-DOC 6A930398-e. A teor do exame engendrado no mencionado documento técnico, o órgão técnico **responsável pela fiscalização de pessoal** concluiu nos seguintes termos:

*“9. Destarte, apesar de ambos os diplomas legais estabelecerem a possibilidade de incorporação de determinada proporção da gratificação por ano de efetivo exercício aos servidores que deixarem de desempenhar as atividades que justifiquem sua concessão, entende-se que **há indícios suficientes para a inclusão do tema em roteiro de auditoria**, conforme solicitado pelo douto representante do parquet, a fim de avaliar não só a lotação dos servidores que percebem a Gratificação de Atividade de Ensino Especial, mas também se esses servidores atendem exclusivamente a alunos portadores de necessidades educativas ou em situações de risco e vulnerabilidade, bem como o cumprimento dos requisitos para a incorporação da gratificação, conforme legislação de regência (Leis nº 5.105/2013 e 5.106/2013).” (Grifos acrescidos).*

68. Nessa toada, ante a confirmação da possível **percepção indevida** de **gratificação de atividade de ensino especial** por servidores da SE/DF, este **MPC/DF** coaduna com as conclusões indicadas pela SEFIPE.

69. Por derradeiro, sem prejuízo da medida relacionada ao equacionamento dos problemas já identificados nestes autos por este Órgão Ministerial e **não refutadas** pela jurisdicionada e tampouco pelo Corpo Técnico, o **Parquet** de Contas entende **prudente e relevante** que o c. **Plenário** avalie a possibilidade de incluir, em Plano Geral de Auditoria futuro, **fiscalização** que aborde, especificamente, as instalações físicas de todos os Centros de Ensino Especial do Distrito Federal, uma vez que, dada a **prioridade absoluta** reconhecida pelo texto constitucional e a **necessidade de inclusão social** dos respectivos alunos, não se mostra razoável que o Poder Executivo não dê tratamento preferencial às adequações que abrigam os discentes especiais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

70. Por esses motivos, este **Parquet** especializado propõe ao c. **Plenário** que:

I. tome conhecimento das peças apresentadas para exame nesta fase processual;

II. considere:

a. **cumpridas** as determinações contidas na r. Decisão nº 5.994/2016;

b. **procedente** a Representação nº 15/2016-ML;

III. alerte a SE/DF, com a urgência que o caso requer, quanto à necessidade de adoção de providências efetivas tendentes a:

a. **adequar** a rede elétrica do CEE nº 1 de Planaltina, de modo a atender a contento às demandas das unidades escolares;

b. **equacionar** os problemas identificados na Representação em exame em relação à quadra de esportes, à cantina, ao reservatório de gás, às calhas, ao trajeto para horta e ao espaço destinado para as aulas de música da unidade escolar.

IV. determine à SE/DF que encaminhe ao c. **TCDF**, no prazo de 30 (trinta) dias, documentação comprobatória relativa ao alerta contido no subitem anterior;

V. autorize a inclusão em Plano Geral de Auditoria futuro de fiscalização tendente a avaliar as condições físicas de todos os Centros de Ensino Especial do Distrito Federal;

VI. no que concerne à carência de pessoal mencionada na exordial, **dê ciência à Secretaria de Fiscalização de Pessoal** vez que inerente às competências da alçada dessa unidade;

VII. quanto à percepção indevida de gratificação de atividade de ensino especial, autorize a inclusão do tema no roteiro de auditoria da SEFIPE.

É o Parecer.

Brasília, 20 de abril de 2017.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA